



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

#### Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

##### Despacho n.º 3472/2016

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, na sua redação atual, é nomeado para exercer o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o licenciado Pedro Miguel de Santana Lopes.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016 e revoga o Despacho n.º 11456/2014, de 12 de setembro, dando o nomeado a sua concordância para o efeito.

1 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*. — 2 de março de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

###### 1 — Dados Pessoais:

Nome: Pedro Santana Lopes

Data de Nascimento: 29 de junho de 1956

###### 2 — Formação académica e formação específica:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (1973-1978); Concluiu em 1985 os Seminários de Mestrado na Faculdade de Direito de Lisboa em Direito Administrativo (Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral), Direito Constitucional (Prof. Doutor Jorge Miranda) e Direito Internacional Público (Prof. Doutor André Gonçalves Pereira)

###### 3 — Experiência profissional:

Advogado (desde 1982); Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estudos Políticos 1983-87; Assistente universitário na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, na Universidade Moderna, na Universidade Lusíada, na Universidade Internacional e Universidade Lusófona desde 1984; Professor de Diplomacia e Política Externa e Direito Constitucional, na Universidade Lusófona de novembro de 2009 até dezembro 2012; Investigador do Instituto de Direito Europeu e do Instituto para a Investigação da Ciência Política e Questões Europeias da Universidade de Colónia (1979/80)

###### 4 — Funções Exercidas:

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2011-); Vereador Câmara Municipal de Lisboa (2009/2013); Primeiro-Ministro do XVI Governo Constitucional (2004/2005); Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (2002/2004-2005); Presidente da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas — UCCLA (2002/2004); Vice-presidente do Comité Executivo do Fórum Europeu de Segurança Urbana — FESU (2002/2004); Vice-Presidente da UCCI para a Península Ibérica (2002/2004); Vice-Presidente da Mesa do Comité das

Regiões (2002/2004); Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz (1998/2001); Presidente do Conselho da Região Centro (1998/2001); Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (1998/2001); Deputado ao Parlamento Europeu (1987/1989); Secretário de Estado da Cultura dos XI e XII Governos Constitucionais (1990/1994); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do X Governo Constitucional (1985/1987); Deputado à Assembleia da República nas Legislativas de 1980, 1983, 1985, 1987, 1991, 1999 e 2005; Assessor Jurídico do Gabinete do Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional (1980/1981); Adjunto do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional (1978/1979)

###### 5 — Condecorações:

Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do Brasil — 1991; Grã-Cruz da Ordem de Marrocos Ouissam Alaoui — 1995; Grã-Cruz da Ordem de Mérito da Hungria — 2002; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, do Brasil — 2003; Grã-Cruz de Mérito Civil de Espanha — 2004; Grã-Cruz de Ouro da Áustria — 2004; Grã-Cruz da Ordem de Cristo, pelo exercício de funções como Primeiro-Ministro — 2010

###### 6 — Obras Publicadas:

Autor do segundo projeto de Revisão Constitucional apresentado pelo Dr. Francisco Sá Carneiro e adotado pelo Partido Social Democrata como seu projeto para a Revisão Constitucional de 1981/82; Coautor com José Manuel Durão Barroso do livro “Sistemas de Governo e Sistema Partidário”, Livraria Bertrand, 1980; Autor do livro “Portugal e a Europa: Que Futuro?”, 1989; Autor do livro “Os Sistemas de Governo Mistos e o Atual Sistema Português”, Difel Editorial, S. A., 2001; Autor do livro “Figueira, A Minha História”, Edição do autor, 2005; Autor do livro “Palavras Escritas”, Elo, 2005; Autor do livro “Percepções e Realidade”, Aletheia Editora, 2006; Autor do livro “A cidade é de todos”, Livros d’Hoje, 2009; Autor do livro “Pecado Original”, Leya, 2013

209404176

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

#### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

##### Aviso n.º 3137/2016

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 251.º e do artigo 254.º, do anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e para cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi cessada a relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções por tempo indeterminado, afeto ao mapa de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no ano de 2015, dos seguintes trabalhadores:

Nome	Carreira	Categoria	Posição Remuneratória/Índice e Escalão	Data de cessação	Motivo de cessação
António Pedro Baptista Mendes Pereira	Técnico Superior . . . . .	Técnico Superior . . . . .	Entre 4.ª e 5.ª	12/02/2015	Consolidação Definitiva.
Maria de Lurdes Simões Martins Felício	Assistente Operacional . . .	Assistente Operacional . . .	1.ª	30/06/2015	Aposentação.
António Miguel Pires Maranhã . . . . .	Técnico Superior . . . . .	Técnico Superior . . . . .	5.ª	06/09/2015	Falecimento.

31 de dezembro de 2015. — A Presidente, *Ana Maria Pereira Abrunhosa*.

209401162

##### Despacho n.º 3473/2016

Foi apresentada pela Câmara Municipal de Trancoso, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro (RJREN), uma proposta de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional

(REN) do município de Trancoso, publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/1996, de 5 de junho.

Esta proposta insere-se no âmbito do processo de regularização/legitimação de uma construção já existente e da edificação de novas construções, em nome da empresa Pinto, Nascimento & Santos — Imobiliária